

GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA
EM PORTUGAL.

Nuno Dias

Outubro 2010

WP nº 2010/06

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER





**GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM
PORTUGAL.**

Nuno Dias*

WP n.º 2010/06
Outubro 2010

Abstract.....	2
1. GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO: NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL	3
2. GÉNERO E IMIGRAÇÃO: DA INVISIBILIDADE ESTATÍSTICA À EMERGÊNCIA DO OBJECTO	4
3. A EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	9
4. TRABALHO DOMÉSTICO E IMIGRAÇÃO	15
CONCLUSÃO.....	22
BIBLIOGRAFIA	23

GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO: NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.

Resumo

A modernização das sociedades contemporâneas atenuou algumas características da desigualdade de género através da entrada da mulher no mercado de trabalho e no acesso a esferas de acção exclusivamente masculinas, mas a maior capacitação social da mulher, e mesmo a sua participação política e em processos decisórios, não deve camuflar a persistência de dinâmicas discriminatórias, em particular quando articuladas com dinâmicas de classe e de etnicização das identidades sociais. Em muitos casos o serviço doméstico remunerado e as condições em que é desempenhado, por trabalhadoras imigrantes, é o resultado de políticas migratórias restritivas e indiferentes ao quotidiano desprotegido deste grupo profissional.

Este artigo pretende reflectir sobre os processos através dos quais, globalmente e em Portugal, se tem reproduzido uma tendência de concentração da mão-de-obra feminina migrante nesse sector particular conduzindo a uma incorporação segmentada e à formação de nichos ocupacionais, seja motivada por via da estrutura de oportunidades no contexto de recepção, seja determinada pelas próprias redes sociais das quais estas imigrantes fazem parte.

Palavras-chave: Imigração; género; mercado de trabalho; serviço doméstico.

Abstract

The effects of modernization in contemporary societies have softened some aspects of gender inequality, mainly through a larger participation of women in the labour market and in other areas of public life that were predominantly occupied by men. However, a more significant social visibility and even a greater rate of female political participation shouldn't obscure the persistence of gender discrimination, in particular when its manifestation is articulated with class and ethnicization dynamics. In several cases paid domestic work and the conditions in which immigrant workers perform it are the outcome of restrictive migration politics that are, simultaneously, indifferent to the precarious everyday life of this professional group.

This article intends to reflect on the processes through which, globally and in Portugal, some segments of the feminine migrant labour force tend to converge to domestic services creating occupational niches, motivated by the opportunities structure in host societies and by immigrants' social networks.

Keywords: Migration; Gender; Labour market; Domestic Work.

1. GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO: NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.

O principal objectivo deste *working paper* é elaborar uma reflexão teórica sobre uma realidade ainda pouco aprofundada no que concerne à incorporação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, nomeadamente no segmento dos serviços domésticos e prestação de cuidados, e encetar, nesse âmbito, uma primeira abordagem à realidade estatística acessível. Pretende-se, neste sentido, ilustrar e pensar os processos através dos quais se tem reproduzido uma tendência de concentração da mão-de-obra feminina migrante nesse sector particular conduzindo a uma incorporação segmentada e à formação de nichos ocupacionais, seja motivada por via da estrutura de oportunidades no contexto de recepção, seja determinada pelas próprias redes sociais das quais estas imigrantes fazem parte. Na sequência desta lógica dominante de perenes invisibilidades sociais e académicas torna-se premente criar instrumentos teóricos e metodológicos que permitam pensar como género e imigração se cruzam e identificar as variáveis explicativas de tendências globalizadas de concentração de mulheres imigrantes em nichos ocupacionais como o do trabalho doméstico remunerado e o da prostituição (Piper, 2008). Assim, e entendendo-se a relação entre género, imigração e mercado de trabalho enquanto processo social, e como tal dinâmico, e atendendo à complexidade das variáveis em questão e ao actual “estado da arte”, é urgente desencadear uma análise aos circunstancialismos que explicam e determinam o fenómeno em curso de consolidação de um nicho ocupacional por parte de alguns segmentos da imigração feminina em Portugal. Imperativo ainda, neste contexto de pesquisa, é a contribuição para a criação de um espaço mais alargado de discussão sobre a temática do trabalho doméstico imigrante, as condições em que este tipo de trabalho é realizado, a pluralidade de enquadramentos jurídicos e as distintas consequências destes últimos para as trabalhadoras. Para este efeito, discutir-se-ão inicialmente as circunstâncias em que a mulher surge como objecto de estudo no universo dos estudos sobre migrações e as representações dominantes consequentes dessa ‘visibilidade’; em seguida abordaremos as particularidades da imigração feminina no mercado de trabalho português; para, numa última secção, nos concentrarmos especificamente na temática do trabalho doméstico imigrante.

2. GÉNERO E IMIGRAÇÃO: DA INVISIBILIDADE ESTATÍSTICA À EMERGÊNCIA DO OBJECTO.

Nos últimos anos, pese embora o aumento inequívoco do número de trabalhos sobre migrações internacionais que têm observado o género enquanto eixo de análise principal, continua a reproduzir-se a ideia de que pouco se tem alterado relativamente a uma tendência, predominante no campo de estudos das migrações, de subvalorização do género na investigação sobre a temática migratória¹. Parece-nos todavia injusto continuar a reproduzir essa avaliação do campo de estudo das migrações de modo tão genérico e abrangente. Em particular porque nos parece evidente uma maior sofisticação e diversificação temática tanto dentro da área de trabalho sobre as migrações como dentro dos estudos de género. Nesse sentido, se por um lado é importante reconhecermos que os processos de resistência e subversão de ordens hegemónicas são invariavelmente longos e multifacetados; por outro lado, e apesar da dificuldade de formação de consensos dentro das ciências sociais, é igualmente crucial admitir as transformações ocorridas no campo de modo a evitarmos atavismos epistemológicos desnecessários. Anthias (2000) tem demonstrado nos seus trabalhos que, não obstante as regularidades globais comuns à imigração laboral feminina, subsiste uma heterogeneidade de situações que é necessário contemplar quando discutimos a questão do género no fenómeno migratório de modo a acautelarmos possíveis essencializações nas análises que intersectam ambas as dimensões. O cruzamento entre migrações e género tem vindo portanto a reflectir-se no modo como discutimos as realidades migratórias, ao expor a diversidade interna das suas partes componentes, e também, ao reconhecermos o fenómeno migratório como realidade multidimensional, no próprio conhecimento produzido sobre a realidade social.

A mulher, conservadoramente comentada como personagem secundária de um processo eminentemente masculino, começou no último quartel do século passado a fazer parte de um conjunto de propostas de análise que procuraram distinguir analiticamente aspectos da realidade social que determinavam especificamente os percursos migratórios femininos, desocultando quer a opressão e o constrangimento das mulheres a papéis sociais gerados no seio de sociedades profundamente patriarcais, quer a mulher como actor migratório independente. Não é, contudo, coincidência que o surgimento destas propostas coincida com o momento de recrudescimento dos movimentos feministas entre as décadas de 60 e 70 do século passado. A teoria feminista acrescentou o género a um espaço de análise e reflexão crítica sobre um largo conjunto de processos, historicamente consolidados, de dominação e subalternização de determinados grupos sociais. Ao desafiar ideologias responsáveis pela construção e representação da subordinação social da mulher como um resultado das suas determinantes

¹ Veja-se, entre outros, King *et al.*, 2004, 33 e Joana Miranda, 2009.

biológicas os estudos de género iniciaram a acumulação de um património teórico e metodológico que nas últimas décadas alargaram substantivamente as possibilidades e as alternativas de observação e de questionamento de hegemonias e de desigualdades definidas pela dimensão de género. A irreduzibilidade do género a outros patamares de produção de desigualdades tem contribuído, neste caso concreto, para uma maior complexificação dos estudos sobre as realidades migratórias. É a interseccionalidade de diferentes dimensões da vida social que importa considerar nos estudos sobre trajetórias socioprofissionais. A classe social e o grupo étnico surgem neste plano como eixos de diferenciação centrais nas sociedades pós-coloniais, equivalentes, em matéria de determinação de expectativas, ao género, formando um triângulo categorial a partir do qual se construíram, nos termos de Balibar (1991, 49), regimes de práticas 'de normalização social e de exclusão'. É precisamente pela lógica polimórfica, abrangente e concatenada destas categorias de divisão (género, classe, nacionalidade, etc.) que é necessário acautelar a presença de efeitos subalternizadores especificamente resultantes dessas combinações. É através da articulação analítica das variáveis género, nacionalidade, estatuto legal, cor da pele que nos é possível definir uma posição social rigorosa de grupos específicos de mulheres (Brah, 2000, 435). Consequentemente, ser homem, ser branco, ter nacionalidade portuguesa, ter autorização de residência, ter mais ou menos habilitações representam vantagens estruturais que, em função da sua presença, grau ou ausência, circunscrevem a localização social das trabalhadoras domésticas de origem imigrante e a dinâmica da sua relação laboral.

Neste ponto, o do imperativo do cruzamento analítico do género com outras dimensões socialmente discriminantes, há um outro aspecto que importa salientar. Como refere Phizacklea (1996), a influência do pós-estruturalismo na difusão de abordagens com ênfase na multiplicidade e diferenciação dos processos identitários teve como corolário positivo a relativização do carácter universalista que o feminismo ocidental atribuiu à experiência da mulher branca de classe média. Mas, não obstante a percepção do carácter diverso da condição feminina representar um avanço significativo em matéria de reconhecimento da diversidade interna inerente a essa mesma condição, esta não deve ainda assim obscurecer o reconhecimento da prevalência das desigualdades materiais entre mulheres nas hierarquias racializadas de poder. A experiência do trabalho doméstico remunerado desempenhado por imigrantes é um claro exemplo da coexistência dessas disparidades e da coabitação de mulheres que ocupam posições sociais estruturalmente diferenciadas. A teoria feminista tem sugerido interpretações distintas sobre a problemática das relações entre género e classe oscilando entre perspectivas que lêem a opressão de género como uma extensão da exploração própria da relação entre capital e trabalhadores; que reflectem sobre o binómio homem/mulher enquanto expressão de um antagonismo de classe; ou ainda que sublinham a primazia da opressão patriarcal sobre a desigualdade de classes (Arruzza, 2010, 19). Mas se é consensual que a condição social

subalternizada das mulheres é ‘estruturante da divisão do trabalho e está entre os factores através dos quais o capitalismo não só reforça o seu domínio ideológico como também organiza continuamente a exploração do trabalho vivo e a sua reprodução’, temos também de reconhecer que as relações de poder vigentes no sistema patriarcal, ao invés de se anularem dentro do capitalismo, são, antes, transformadas no seu interior e recombinaadas a partir de dinâmicas que, sendo autónomas, se reforçam mutuamente (*ibidem*).

Apesar da multitude de trabalhos e de propostas de escrutínio da relação da imigração com dinâmicas de género particulares essa conexão continua a ser um tema capaz de suscitar interpretações aparentemente contraditórias. A imigração pode ser uma força social capaz de confrontar esquemas patriarcais e patrilineares de visão do mundo. Como resposta a um modelo social dominante assente em práticas, normas e valores patriarcais a imigração feminina pode ser compreendida como um acto de resistência activa aos constrangimentos presentes nos espaços sociais de origem decorrentes do diferencial de poder inscrito nas relações de género e nesse contexto incorporar um potencial feminista emancipatório. A mobilidade geográfica surge aqui como *locus* de problematização da condição subalterna da mulher e como acção capaz de influenciar as relações de género. Mas se é certo que esta perspectiva emancipatória, que emerge e ganha legitimidade académica nas propostas feministas de leitura do fenómeno migratório, evidencia um efeito positivo sobre as relações de género nos contextos de origem, é igualmente certo que a migração não ocorre para espaços imunes a dinâmicas sociais que são simultaneamente produto e produtoras de desigualdades entre géneros. A imigração acontece para espaços caracterizados pelas suas próprias ideologias de género e em que as representações dominantes sobre a mulher reproduzem uma incorporação destas no mercado de trabalho que se cruza com outros patamares de discriminação, como já salientámos acima. A sustentação de um mercado de trabalho global de serviços femininos, que é responsável por uma parte significativa das migrações laborais internacionais de mulheres, faz-se pela mediação de políticas produzidas no âmbito de estados-nação individuais que, não apenas foram criadas no núcleo de uma esfera de influência masculinista como continuam ainda a contribuir para a reprodução de modelos tradicionais de subordinação e de dependência da mulher (Sassen, 1998). A imigração feminina não pode portanto ser abordada como fenómeno social exclusivamente emancipatório ou unicamente cristalizador da condição subordinada da mulher imigrante. É esta ambiguidade de efeitos que nos propomos compreender a partir do mapeamento e da problematização das trajetórias e das experiências socioprofissionais das trabalhadoras domésticas imigrantes em Portugal.

O problema da mulher na imigração prende-se em larga medida com a dificuldade em identificar quer a autonomia agencial feminina quer a especificidade da sua posição estrutural. Pensar a mulher como actor social capaz de tomar decisões e fazer escolhas relativas a um

eventual processos migratório obriga-nos a observar a pluralidade de centralidades da mulher em toda a extensão desse mesmo processo e também, novamente, uma multiplicidade motivacional (Kofman *et al.*, 2000, p. 25) atravessada pelo género e responsável pela formação histórica de diferentes modelos e trajectórias migratórias. Mesmo em contextos em que a imigração de contingentes masculinos é mais expressiva o papel desempenhado pelas mulheres nas sociedades de origem é imperativo para a sobrevivência dos sistemas migratórios (Castles e Miller, 2009 [1993], 40) através da manutenção dos grupos domésticos e da concomitância de tarefas produtivas e reprodutivas. É neste diagrama internacional de representações sobre divisão sexual do trabalho que se fundamentam histórica e ideologicamente definições normativas de género enraizados em noções burguesas de esfera pública e privada. Consequentemente, associados a essa conceptualização dos domínios comum e privado, e a partir do papel que caberia à mulher desempenhar em cada um, surgem padrões, igualmente distintos, de valorização do trabalho de acordo com o género. A convergência dos papéis de mulher e de mãe nas sociedades patriarcais coadjuva a desvalorização social da presença feminina no mercado de trabalho, em particular das trabalhadoras domésticas e do tipo de tarefas que habitualmente realizam, reflectindo-se quer nas sociedades de origem quer nas sociedades de destino.

Ultrapassado o obstáculo da invisibilidade feminina nos circuitos migratórios internacionais, a integração do género, enquanto categoria analítica, na análise migratória está longe de poder produzir resultados de forma directa ou linear. A imigração é parte integrante dos processos de transformação social em curso nas sociedades contemporâneas mas representa apenas um, entre muitas outros, fenómenos sociais capazes de influenciar as relações de género (Tienda e Booth, 1991). A construção social da feminilidade repercute-se em diferentes momentos do processo migratório, assumindo diferentes configurações e com consequências variadas sobre a realidade social das mulheres imigrantes. Logo num primeiro momento, a imigração enquanto projecto de conservação do agregado familiar e/ou de reunificação familiar; e a imigração enquanto plano autónomo podem representar constrangimentos distintos. A imigração pode libertar a mulher do controlo social exercido sobre esta nas sociedades patrifocais (Phizacklea, 1998); mas ao mesmo tempo, a decisão de migrar enquanto projecto singular pode significar a privação do apoio que, na origem, se materializa em formas de solidariedade primária (Grassi, 2006); por outro lado, o carácter dependente através do qual a mulher imigrante é representada no destino, e o estatuto decorrente dessa representação colectiva, contribui decisivamente para uma entrada condicionada no mercado de trabalho dos países receptores de imigração, já de si marcado por uma divisão internacional do trabalho pouco benevolente para os trabalhadores que migram de economias menos fortes para regiões mais desenvolvidas. Essa entrada é produto de uma teia de opressões que actuam convergentes

no reforço do estatuto subordinado da mulher, primeiro enquanto imigrante, depois, novamente, enquanto mulher e subseqüentemente enquanto trabalhadora doméstica.

O modelo de organização política do Estado-Nação e a banalização das políticas activas de invenção da tradição e de imaginação colectiva da nação² que legitimam, durante o longo séc. XIX (Hobsbawm, 1987), a ideia de irredutibilidade da ligação entre povo e território disseminaram universalmente a noção de fronteira como marcador simultaneamente geográfico e identitário. Em paralelo, o carácter autogéneo, heróico e linhageiro das mitologias fundadoras da nação, ao definir traços objectivos de pertença, reifica atitudes, valores e comportamentos que ao interligarem os membros de uma comunidade política excluem todos os que lhe são exteriores. Esses desenvolvimentos estão tanto na base da argumentação que tinha como objectivo a fundamentação civilizacional do modelo de exploração colonial e dos regimes de trabalho forçado que o caracterizaram; como estão na base da conotação moderna da figura do imigrante com vagas indiferenciadas de trabalhadores braçais e da sua identificação como uma ameaça difusa à soberania e isomorfia nacional (Wimmer e Schiller, 2002). O 'Outro', colonizado ou imigrante, cumpriu e cumpre, ideológica e materialmente, essa dupla função: por um lado, a de entidade de reforço da coesão nacional em torno da qual a urgência do policiamento geográfico e também cultural é confirmada; por outro lado a sua incorporação em segmentos de actividade tão necessários à economia quanto socialmente desvalorizados.

Consequentemente, a produção da alteridade decorrente das mundividências coloniais consubstanciada na condição imigrante entretece-se nas dinâmicas próprias de uma alteridade feminina historicamente consolidada. Uma alteridade composta que é crucial para compreendermos a evolução do papel da mulher no mercado global de trabalho. A criação política do problema social 'imigração' e a retórica securitária que sustenta a indústria migratória³ justificam a ideia de necessidade do controlo sobre fronteiras e reforçam a ilusão da inevitabilidade da instituição de esquemas de fixação de quotas migratórias. A 'urgência social' da limitação das estatísticas migratórias permite aos Estados receptores impedir o acesso à cidadania por parte dos imigrantes laborais provenientes das economias menos fortes e, dessa forma, preservar uma reserva de mão-de-obra numerosa e flexível. Na economia global as mulheres migrantes corporizam a flexibilidade que os mercados de trabalho demandam. A interacção de diferentes ordens de discriminação impele as mulheres migrantes para segmentos secundários do mercado de trabalho maioritariamente caracterizados pela ausência de reconhecimento público segmentos e que contribuem largamente para uma globalização de certos processos de divisão sexual e étnica do trabalho (Anthias, 2000, 25). O tipo de segregação laboral a que estas mulheres são confinadas e a sua concentração em sectores

² Nos termos de Ranger e Hobsbawm, 1983, e de Anderson, 1991.

³ Para usar uma expressão cunhada por Castles e Miller, 2009.

marcados pela informalidade e, nalguns casos, pela ilegalidade, como é o caso do trabalho doméstico e da prostituição, contribui também para uma maior invisibilidade estatística das mulheres migrantes o que requer uma abordagem que concilie diferentes metodologias. Embora seja imperativo a criação de instrumentos que permitam quantificar fidedignamente o número de mulheres imigrantes num determinado contexto, a sua evolução e a sua diversidade intra-categorial a análise de género na imigração não deve resumir-se a estatísticas e a números e deve antes questionar-se e questionar (e também criar as condições para o alargamento do debate público sobre estas questões e por conseguinte influenciar agendas de políticas sociais na origem e no destino) sobre os processos históricos e os factores sociais mais vastos que determinam e condicionam o acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos, serviços e direitos (Piper, 2008, 4).

3. A EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

De acordo com dados das Nações Unidas⁴ o número global de migrantes internacionais estima-se hoje na ordem dos 214 milhões, representando mais de 3% da população mundial. Nos últimos 20 anos, aponta a mesma fonte, o número de imigrantes internacionais em todo o mundo terá aumentado cerca de 58 milhões. Mas embora os registos indiquem um aumento dos valores absolutos referentes à imigração feminina a percentagem de mulheres migrantes tem-se mantido relativamente estável em torno dos 49% do universo de migrantes internacionais. Em 1960 essa percentagem era inferior em apenas 2%. A primeira impressão que essa estabilidade nos transmite é um desafio à ideia de que a presença feminina nos fluxos migratórios internacionais se tenha vindo a acentuar drasticamente nas últimas décadas relativizando a ideia de feminização das migrações. Por outras palavras, independentemente das transformações contemporâneas que o atravessem, a imigração feminina não é um fenómeno social pós-moderno. A negação desta proposição conduziu a um equívoco perceptivo em que a inexistência de análises sobre a presença feminina nos fluxos migratórios suportou enganadoramente a ideia de que a mulher estaria ausente desses mesmos fluxos. É nesse contexto que surgem, como já mencionámos acima, algumas teorias que, precocemente, defendem a ocorrência de um processo global de feminização das migrações. Consequentemente a realidade migratória feminina é acompanhada nas últimas décadas pela persistência de noções algo vagas de um aumento ‘recente’ da mobilidade feminina por oposição a um passado migratório dominado quase exclusivamente por homens. Os números globais, porém, escondem ainda uma realidade multifacetada deixando por clarificar disparidades na distribuição por sexos em diferentes regiões e evoluções distintas nesses mesmos contextos. Neste capítulo, e ainda de acordo com

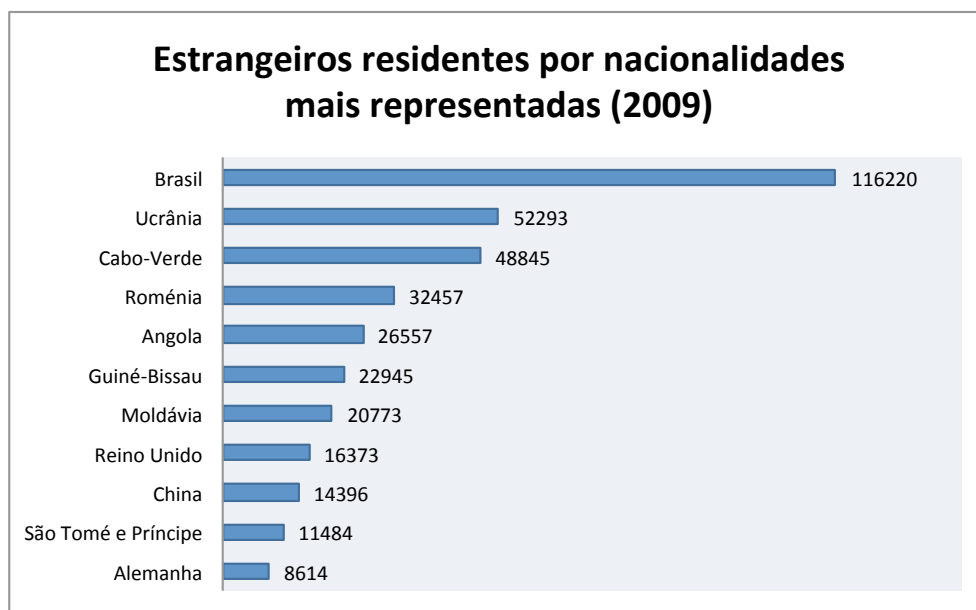
⁴ <http://esa.un.org/migration>.

dados das Nações Unidas, a desagregação por regiões permite observar que a imigração feminina tem sido, nas últimas duas décadas, sempre superior nas regiões mais desenvolvidas. Por país, essas diferenças, são ainda mais acentuadas.

Em Portugal a imigração inscreve-se num quadro de tendências gerais, comuns ao restos dos contextos de recepção ocidentais, sobressaindo um conjunto de regularidades que definem um cenário migratório particular da Europa do Sul⁵. Com a extinção do regime fascista, e com a queda do aparelho colonial e de toda a estrutura institucional que o sustentava, Portugal, um país cujo saldo migratório era profundamente negativo, transforma-se demograficamente. Desde os habitantes das ex-colónias com ascendência europeia e asiática que remigraram para a ex-metrópole, às populações nativas descontentes com a situação de instabilidade que o processo de descolonização não solucionou foram vários os protagonistas, e distintos nas suas motivações, dos fluxos migratórios que se formaram tendo Portugal continental como destino. Após a ratificação do Acordo de Schengen em 1993, e com o início da sua entrada em vigor em 1995, Portugal entra definitivamente no grupo de países receptores de imigração, com aumentos evidentes nos períodos extraordinários de regularização (1992, 1996 e 2001). Porém, a transição de um passado de emigração para um presente onde os fluxos de imigrantes aumentam significativamente, em particular entre a segunda metade da década de 90 e os primeiros cinco anos do séc. XXI, não foi socialmente pacífica. Os equívocos conceptuais e terminológicos sucederam-se e a problemática da linguagem reflectiu-se igualmente em patamares menos complexos do discurso sobre as migrações. Num país onde a emigração atingiu números médios anuais de 85 mil habitantes – entre 1960 e 1965 – e em que até ao momento da descolonização o saldo migratório registava, insistentemente, valores negativos, os termos “imigrante” e “emigrante” continuaram a ser sinónimos para segmentos da população com menos habilitações (Guibentif, 1991).

A imigração em Portugal fez-se a partir de diferentes fluxos e diferentes nacionalidades que denotavam diferentes valências recursivas e que reflectiam uma realidade global em mutação, tal como sucedeu no resto da Europa. Como resultado da imigração autóctone pouco qualificada e da imigração de pequenos e médios comerciantes de ascendência indiana com origem nas ex-colónias; da imigração, no início da década de 90, de quadros de empresas e profissionais qualificados brasileiros, e dos contingentes menos qualificados que chegam mais tarde; e da imigração mais recente proveniente dos países do leste europeu e do subcontinente indiano, a partir da segunda metade da década de 90, a paisagem migratória portuguesa foi-se diversificando.

⁵ cf. King *et al.*, 2000.



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)⁶.

Concomitantemente tem início nesse período a criação de instituições públicas e legislação especificamente vocacionadas para o relacionamento com estas novas populações. Em 1996 é criada a primeira figura institucional com responsabilidades no domínio das migrações e minorias étnicas. O Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas é assim instituído pelo Decreto-Lei n.º 3-A/96 no início da VII Legislatura, conduzida pelo primeiro-ministro socialista António Guterres. Mas será somente em 1999 que será aprovado o primeiro quadro jurídico particular com o objectivo de regulamentar a ‘discriminação no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica’. Embora a Constituição da República Portuguesa tenha contida no seu art.º 13 a interdição de qualquer tipo de discriminação, racial ou nacional, é apenas em 1999 que essa questão é considerada no interior da Assembleia Legislativa.

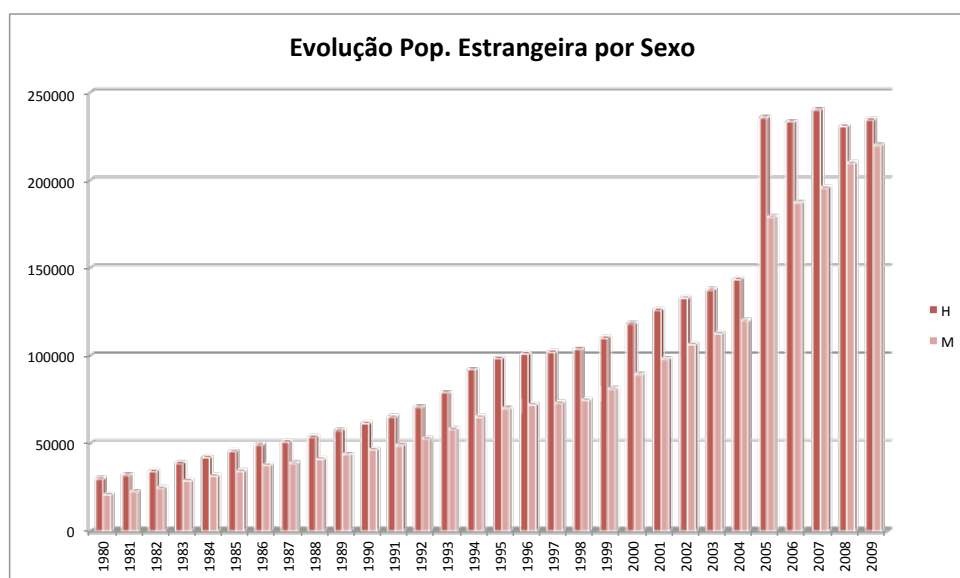
É também na década de 90 que aparecem os primeiros trabalhos científicos sobre a temática da imigração e sobre as populações que a representam⁷. A entrada tardia de Portugal no conjunto de países receptores de migrantes internacionais e a demorada diversificação dos contingentes migratórios não teve como resultado uma abordagem académica sobre a realidade social em mudança sincronizada com as tendências indicadas por pesquisas já em curso em outros contextos. Essa temporalidade explica, ainda que apenas parcialmente, o motivo pelo qual os

⁶ Tem de ser feita uma ressalva relativamente à subavaliação dos dados presentes neste gráfico relativos ao período entre 2001-2004. Devido à ausência da discriminação por sexo dos números dos titulares de Autorizações de Permanência na informação disponibilizada pelo SEF, a soma dos homens e mulheres para esse quadriénio não corresponde à totalidade dos estrangeiros com título de residência válido em Portugal.

⁷ Veja-se, entre outros, Bastos, 1990; Machado, 1992; Ávila e Alves, 1993; Peixoto, 1993; Baganha 1996; Malheiros 1996; Saint-Maurice, 1997; e Marques, 1999.

GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.

trabalhos dentro da área de estudos sobre as migrações centrados nas experiências particulares da condição feminina surjam também tardiamente. Não pode, ainda assim, explicar porque prevalecerem igualmente noções pouco precisas sobre a presença feminina nos fluxos migratórios.



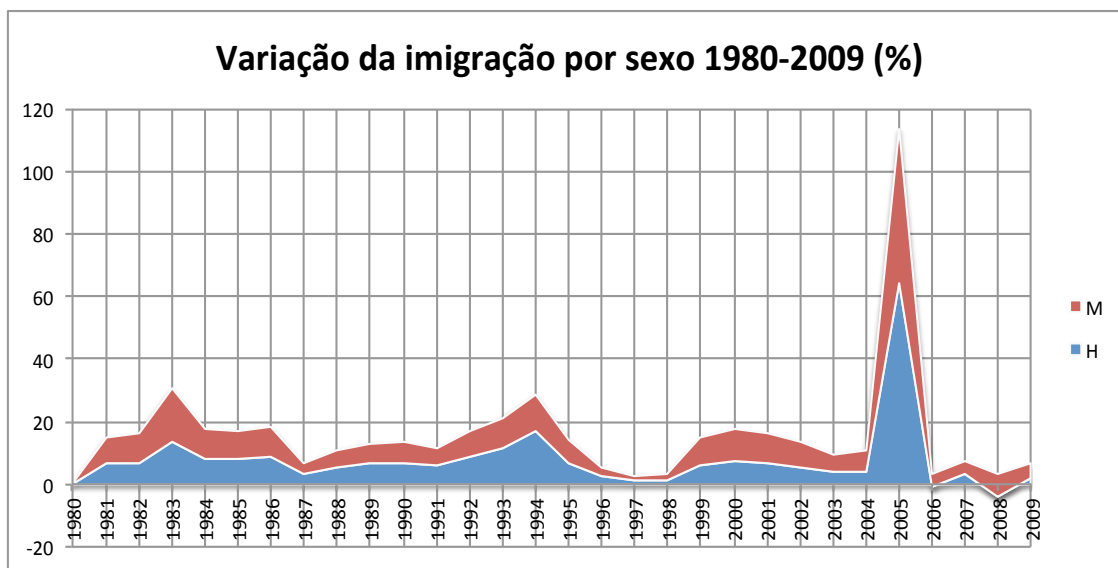
Fonte: SEF⁸.

Na generalidade dos principais trabalhos sobre imigração em Portugal os fluxos migratórios femininos foram continuamente desconsiderados ou abordados em notas de rodapé, isto apesar da afirmação pontual do crescimento dos seus números⁹. O gráfico acima mostra uma evolução dos fluxos migratórios onde os contingentes masculinos parecem perder peso absoluto na distribuição por sexo apenas recentemente. Todavia, se olharmos, em alternativa, para o aumento percentual da imigração em ambos os sexos percebemos que a tendência superior de crescimento da imigração feminina não é um fenómeno novo.

⁸ Tem de ser feita uma ressalva relativamente à subavaliação dos dados presentes neste gráfico relativos ao período entre 2001-2004. Devido à ausência da discriminação por sexo dos números dos titulares de Autorizações de Permanência na informação disponibilizada pelo SEF, a soma dos homens e mulheres para esse quadriénio não corresponde à totalidade dos estrangeiros com título de residência válido em Portugal.

⁹ Ver, por exemplo, Peixoto, 2002.

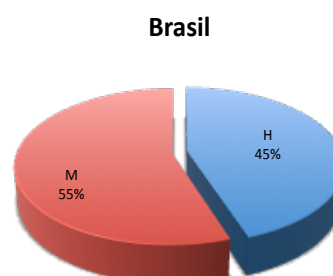
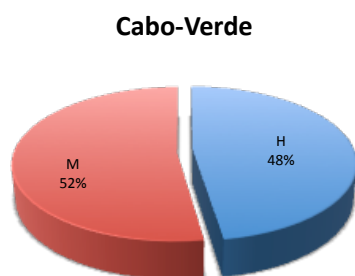
GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.



Fonte: SEF.

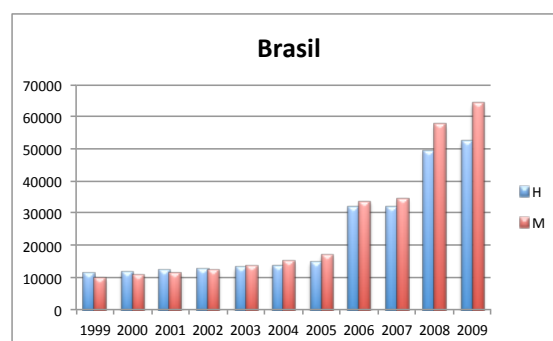
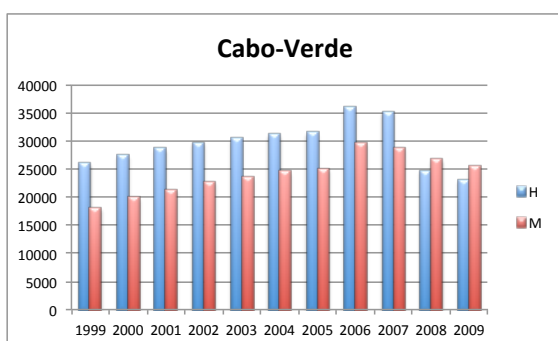
A imigração feminina tem aumentado em termos absolutos e, ao longo das últimas três décadas, como é possível observar na tabela ao lado, esse crescimento tem sido quase sempre superior, em termos relativos, ao da imigração masculina. Mas apesar do menor número absoluto de mulheres imigrantes em Portugal a distribuição por sexo varia significativamente com a nacionalidade e a feminização da imigração em Portugal tem obrigatoriamente de atender as diferentes categorias e vagas migratórias. Das três principais nacionalidades representadas em Portugal (brasileira, ucraniana e cabo-verdiana), que equivalem no seu conjunto a perto de metade do universo de estrangeiros com títulos de residência válidos no país, duas são maioritariamente femininas na sua composição. Se por um lado, para Cabo-Verde, apenas nos dois últimos anos o padrão de sobrerrepresentação masculina se inverteu; por outro lado, a imigração brasileira, tem registado uma prevalência do contingente feminino ao longo da última década, período no qual a imigração brasileira se tornou bastante mais expressiva (Padilla, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007).

**GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.**



Estrangeiros residentes de nacionalidade cabo-verdiana por sexo (%)

Estrangeiros residentes de nacionalidade brasileira por sexo (%)



Evolução da imigração cabo-verdiana por sexo

Evolução da imigração brasileira por sexo

Historicamente, os efeitos conjugados da emigração, predominantemente masculina, e a mobilização da mão-de-obra feminina, induzida pelo crescimento das cidades, pelo desenvolvimento da indústria e pela expansão do sector terciário determinaram um aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho (Fonseca, 1990, 189). Mas o acesso ao mercado de trabalho não significou o esbatimento da relação de poder assimétrica entre géneros. Dados oficiais mostravam que em 2007, em Portugal, a percentagem de trabalho a tempo parcial, a taxa de desemprego e o desemprego de longa duração registam valores superiores para as mulheres ao passo que estas ganham, em média, menos 23% do que os homens (Cerdeira, 2009, 82). Por conseguinte, a entrada das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, e mais importante ainda, o seu crescimento, não estão imunes a uma orientação geral de desvalorização do trabalho feminino e aos constrangimentos que lhe estão associados. Os trabalhadores imigrantes em Portugal concentram-se sobretudo nos sectores da construção civil, no caso dos homens, e nas limpezas e serviços domésticos, no caso das mulheres. No mercado de trabalho global ocupado pela mão-de-obra imigrante noções clássicas de *qualificado* e *não-qualificado* são insistentemente desvalorizadas por disparidades económicas e estereótipos étnicos e de género. O trabalho doméstico é um exemplo de ocupação tradicionalmente desqualificada e que tem vindo a constituir-se como nicho privilegiado de mão-de-obra imigrante.

4. TRABALHO DOMÉSTICO E IMIGRAÇÃO

A imigração feminina em Portugal ostenta traços gerais incontestavelmente globais. Os processos de globalização, designadamente o impacto das alterações impulsionadas pela divisão internacional do trabalho nas políticas de emprego e práticas de lazer, têm vindo a contribuir para a criação de nichos de mercado com uma crescente procura de mão-de-obra feminina, como o serviço doméstico, a assistência a crianças e idosos e a indústria do sexo. Por conseguinte, a referência ao trabalho doméstico e à concentração evidente de mulheres imigrantes nesse sector tem marcado, na última década, alguns dos principais debates internacionais sobre a posição da mulher nos circuitos globais de trabalho. Desde o tráfico e a angariação de mulheres forçadas a integrarem redes de prostituição¹⁰ à privação absoluta de direitos e de liberdade em regimes de trabalho doméstico interno¹¹ a situação estrutural da mulher migrante tem-se destacado historicamente pela sua vulnerabilidade e desprotecção. A própria circunstancialidade do exercício do serviço doméstico remunerado e as suas vicissitudes obrigam a uma análise particular das suas determinantes sobre a vida das trabalhadoras dentro do sector.

O trabalho doméstico, até há dois séculos um contexto ocupacional dito fortemente masculinizado, ter-se-á transformado radicalmente na sua composição de género como resultado da mudança social associada às forças de industrialização e à influência destas no modo de produção feudal (Moya, 2007, 563). Todavia, a teoria de que o aparecimento de novas oportunidades de trabalho na economia industrial, largamente preenchidas pela mão-de-obra masculina, abriram o serviço doméstico às mulheres, que sofriam directamente as consequências da comercialização da agricultura, da concentração das propriedades agrícolas, do crescimento demográfico e da diminuição das necessidades de mão-de-obra nos campos; e de que, por outro lado, a captação industrial de força de trabalho não era suficiente para absorver o excedente humano libertado pela transfiguração da economia agrícola ‘empurrando’ ainda mais as mulheres para o serviço doméstico, desta feita intensificando a sua feminização, pode não resistir à reflexão lógica e empírica que refuta a hipótese da causalidade primária e directa da industrialização sobre o desencadeamento do processo de feminização do trabalho doméstico¹². Na realidade o número de pessoas empregadas como serviçais diminuiu na economia industrial. As famílias aristocratas empregavam um número de empregados bastante

¹⁰ Ver sobre a temática do tráfico de seres humanos em Portugal Pereira e Vasconcelos (2007) e Peixoto (2007).

¹¹ Ver por exemplo os trabalhos de Kevin Bales sobre a persistência de múltiplos modelos modernos de escravatura e o seu cruzamento com fluxos migratórios femininos específicos (entre outros Bales 2002, 2004).

¹² Para uma análise compreensiva e comparativa sobre os diferentes tempos e contextos de ocorrência da feminização do trabalho doméstico e a multiplicidade causal que lhes está associada ver Moya (2007).

superior ao necessário na casa burguesa. E se no primeiro caso havia um predomínio masculino na totalidade da mão-de-obra integrada na manutenção e serviços permanentes prestados à propriedade e às pessoas (cozinheiros, criados, jardineiros, ferreiros, etc.) já no arranque da industrialização e da vida urbana a força de trabalho disponível era maioritariamente feminina e os serviços desempenhados são sobretudo realizados no interior da casa. Consequentemente, a feminização do serviço doméstico difunde-se com a ampliação dos estratos intermédios das sociedades industriais. De acordo com Moya (2007, 567), então, pode deduzir-se que o crescimento do serviço doméstico, dependente intrinsecamente das desigualdades sociais, está menos associado às desigualdades existentes entre uma elite e uma maioria do que às desigualdades existentes entre grupos demograficamente equivalentes.

Outros autores contestam a ideia de que o trabalho reprodutivo não tenha sido, em diferentes períodos históricos e em diferentes regiões, também um espaço destacadamente feminino (Grossman, 1980; Anderson, 2000; Ehrenreich e Hochschild, 2002). Mas a perspectiva de acordo com a qual as mulheres foram figuras centrais, ao longo da história, na realização de serviços domésticos, enquanto escravas ou mulheres livres, não é contrária ao reconhecimento das transformações profundas ligadas aos fenómenos da industrialização e da urbanização e que, durante todo o séc. XIX, reforçam orientações de divisão sexual do trabalho, subsidiárias de uma ideologia patriarcal, que remetem a mulher para a esfera privada. Em simultâneo, as transformações económicas e sociais associadas ao desenvolvimento do capitalismo industrial contribuíram para uma alteração das relações laborais e para a implementação de um novo enquadramento burocrático e jurídico na sua gestão¹³. O problema do quadro de direitos e deveres que politicamente se impõe como novo contrato social em torno da ideia de cidadania, que Marshall (1994, p. 17) resume analiticamente a um “status bestowed on those who are full members of a community”, é que funciona melhor num plano abstracto do que numa realidade onde a classe social não é o único princípio activo de diferenciação entre os indivíduos. A coexistência de diferentes níveis de pertença a uma mesma ‘comunidade política’ contraria justamente o carácter universal das conquistas sociais do sécs. XIX e XX, quer por via do género quer por via do fenótipo. O trabalho doméstico representa, neste contexto, uma força centrípeta de diferentes constantes de marginalidade que é imperativo, no âmbito deste projecto, saber identificar a partir da realidade contemporânea mas também na sua relação com algumas continuidades históricas.

¹³ Estas modificações na matriz reguladoras das relações laborais acontece em particular nos centros imperiais, sendo de salientar que nos territórios coloniais as dinâmicas de subalternização e desqualificação social das populações autóctones continuam activas, até às vagas independentistas, particularmente em diversos expedientes de trabalho forçado fundamentados moralmente num desígnio humanista de civilização pelo trabalho.

Tal como no início do período industrial os serviços se diferenciam categorialmente, e o trabalho doméstico se reconfigura num espaço de tensão entre o público e o privado e o feminino e o masculino, dentro da família burguesa; a contribuição das transformações económicas, sociais e políticas associadas à globalização e à pós-colonialidade na transição de um contexto de recrutamento de trabalhadoras domésticas maioritariamente interno, junto das classes mais baixas, para um contexto internacional, designadamente de mão-de-obra imigrante feminina, retirou o trabalho doméstico da arena de privilégios materiais exclusivos de grupos sociais mais afluentes. O aumento significativo, nas últimas décadas, do número de agregados que recorre à contratação de trabalhadoras domésticas acontece na sequência de um conjunto variado de alterações sociais (Anderson, 2007, 250): a emancipação da mulher e o acesso à educação; o crescimento da taxa de actividade feminina; a terciarização da economia; a evolução demográfica nos países ocidentais; e, obviamente, a existência de mão-de-obra disponível são factores que explicam a relação presente entre trabalho doméstico remunerado e imigração.

É, portanto, pertinente, sob esta perspectiva, pensarmos como a mudança social e o alargamento de prerrogativas, como é o caso da possibilidade material de recorrer a apoio doméstico remunerado, depende igualmente da persistência de lógicas globais de reprodução de desigualdades. Historicamente, as migrantes camponesas, nalguns casos cedidas pela família em idade juvenil em termos vagos, que corporizaram no século passado a imagem da criada e a sua representação como mulher simples nos costumes e na racionalidade irrevogavelmente dissemelhante dos seus senhores, urbanos e/ou sofisticados, são o antepassado da alteridade personificada na trabalhadora doméstica imigrante. A tradicional desvalorização e desprestígio da condição servil e do trabalho doméstico juntamente com modos de reflectir a diferença forjados durante o período colonial, permitem compreender melhor a evolução da ligação entre serviço doméstico e imigração. Por sua vez, a construção social da diferença entre sexos é simultaneamente produto e produtora das representações sociais dominantes sobre a segmentação de género das tarefas domésticas não remuneradas dentro do espaço familiar e dos significados sociais distintos do tempo, e da sua gestão, para homens e mulheres (Perista, 2002). Por outro lado a presença da mulher no mercado de trabalho qualificado produz, inevitavelmente, efeitos transformadores ao nível dos papéis sociais e dos modelos conservadores de gestão dos tempos e tarefas familiares.

Numa conjuntura global onde a nova economia da finança e da informação refundou padrões de valorização do trabalho a 'infraestrutura laboral' (Sassen, 1998), de que fazem parte as trabalhadoras domésticas imigrantes, raramente é reconhecida como parte integrante do sistema económico global aumentando a distância entre trabalho valorizado socialmente e trabalho desqualificado. O modo como a economia informal, a economia étnica e a empresarialidade

imigrantes são, em muitos casos, conceptualizadas contribuem para uma autonomização analítica que separa estas realidades e os seus protagonistas dos processos mais amplos e legítimos da economia primária como se esse isolamento fosse um produto espontâneo de um mercado homeostático. Como salienta Sassen (1998, 87), os termos em que discutimos hoje a imigração e a etnicidade estão ainda largamente relacionados com processos históricos de globalização da actividade económica, cultural e da produção identitária; e com um conseqüente incremento da segmentação racial do mercado de trabalho cujo resultado não é reconhecido como fracção das economias avançadas da era da informação. Estes são processos que redundam na sobrevalorização de determinadas actividades da actividade produtiva e na subvalorização de outras. O aumento das mulheres imigrantes nas grandes cidades faz parte desses processos que têm como conseqüência a desvalorização do seu trabalho. Não é apenas uma transformação quantitativa, é, antes, um novo regime urbano (*Idem*, 88).

O serviço doméstico reconfigura-se a partir de patrimónios de alteridade distintos, como é o caso da posição secundária que a mulher ocupa na estrutura social das sociedades patriarcais, do desprestígio associado à figura da criada e de uma 'hierarquia da cor' (Hollinger, 1995) vulgarizada e institucionalizada durante o período colonial. Esta reconfiguração não significa, portanto, uma transformação localizada exclusivamente ao nível da oferta com conseqüências directas sobre a estrutura da oferta tradicional no sector do trabalho doméstico traduzida num cenário em que as trabalhadoras domésticas portuguesas concorrem subitamente no mercado de trabalho com as recém-chegadas trabalhadoras imigrantes dispostas, estas últimas, a realizarem as mesmas tarefas por um valor inferior. O volume e o tipo de procura por trabalhadoras domésticas e cuidadores são igualmente atravessados por transformações importantes e, depois de compreendermos as circunstâncias globais que favorecem a concentração de mão-de-obra imigrante em sectores específicos do mercado de trabalho e a sua segmentação de género, interessa perceber como, estas dinâmicas se materializam, se consolidam, se reproduzem e se transformam localmente.

A 'mecanização da unidade doméstica' (Catarino e Oso, 2000) e a 'mercadorização do trabalho reprodutivo' geraram espaços de oportunidade de entrada privilegiados para o contingente socialmente desprotegido das imigrantes laborais provenientes das economias externas ao espaço Schengen. Ainda assim o factor fenotípico, a nacionalidade, o estatuto legal, embora funcionem, nos mercados de trabalho fortemente etnicizados das economias ocidentais de hoje, como elementos estruturantes da posição social do imigrante, podem variar no tipo de condicionamentos e influência exercida sobre a relação entre empregador e empregado.

As representações dominantes sobre determinados grupos sociais relativamente a asseio e limpeza determinam a escolha das empregadas e/ou o tipo de relacionamento e nesta matéria o espaço doméstico é ressaltado pela fronteira da percepção pública sobre espaço privado que,

por exemplo, no Reino Unido isenta os agregados domésticos de cumprir as normas criadas no âmbito do *Race Relations Amendment Act* que impedem os empregadores de excluir candidatos com base na nacionalidade, religião ou cor da pele (Anderson, 2007, 251). Em Portugal, uma auscultação exploratória da oferta empresarial no sector do serviço doméstico e da prestação de cuidados revelou que algumas empresas justificam orçamentos com base na maior qualidade do trabalho realizado por trabalhadoras domésticas portuguesas¹⁴. Um outro relatório, de mapeamento da situação de tráfico de seres humanos em Portugal (Pereira e Vasconcelos, 2007, 41), aponta a discriminação com base na pertença étnica como um dos principais problemas que afecta as trabalhadoras domésticas, dado que as “famílias tendem a preferir empregadas domésticas do Leste da Europa ou brasileiras, em detrimento das africanas”, insinuando que, mais do que a diferença cultural, parece ser o elemento fenotípico que condiciona as sociabilidades possíveis neste segmento do mercado de trabalho. E mais do que isso, corrobora a hipótese da cor da pele continuar a ser um marcador central no acesso a oportunidades no mercado de trabalho, mesmo que informal.

Uma outra dimensão associada à presença de imigrantes no sector do trabalho doméstico diz respeito a uma alegada desestruturação de formas tradicionais de realização do trabalho doméstico e com a maior facilidade de introdução de relações impessoais regidas pelas regras do mercado decorrentes do maior distanciamento entre empregador e empregado. As relações económicas são estabelecidas entre actores que vendem e compram mercadorias, transacções assentes em contratos mais ou menos formalizados; por outro lado a esfera doméstica é imaginada enquanto espaço governado pela dependência mútua e pelas relações afectivas, apesar do poder exercido na relação entre empregador e trabalhadora doméstica ser exercido de forma directa e personalizada. Esta é uma oposição que se reforça mutuamente e que evidencia o jogo complexo de representações na articulação entre trabalho doméstico, género e imigração.

Em Portugal os imigrantes laborais concentram-se sobretudo nos sectores da construção civil, trabalho doméstico, comércio a retalho e em outros ramos de actividade, mas em particular nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho, representando hoje entre 6 a 7% da mão-de-obra nacional (Peixoto, 2008). Desde os anos 90 que os grupos profissionais menos qualificados têm assumido dinâmicas bastante superiores às dos restantes grupos profissionais (Baganha *et al.*, 2002, 109). Do ponto de vista regional e local, os níveis de etnicização dos mercados de trabalho são também diferenciados. Se, por um lado, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentram grande parte dos trabalhadores estrangeiros, por outro lado é também verdade que se tem observado nos últimos anos uma tendência de

¹⁴ A este respeito vejam-se os resultados do projecto financiado pela FCT, com a referência PTDC/JUR/65622/2006, recentemente concluído, realizado no DINÂMIA'CET.

maior dispersão geográfica das populações imigrantes. As estatísticas relativas ao número de trabalhadores migrantes têm vindo a confirmar também que existe um maior número de imigrantes europeus a ocupar lugares em segmentos e posições mais qualificadas¹⁵. Os dados mostram igualmente que os imigrantes dos PALOP e do leste europeu trabalham principalmente no sector da construção civil (14,8%), hotelaria e restauração (11,7%) e nos serviços (9,6%), sendo importante sublinhar que estes últimos têm uma forte presença nos sectores da agricultura, silvicultura, caça e pesca e nas indústrias extractivas e transformadoras (Carneiro *et al.*, 2006). Tanto para as mulheres oriundas dos PALOP como para as imigrantes dos países do Leste da Europa, a principal actividade profissional é a de “trabalhadoras não qualificadas dos serviços e comércio” que inclui o serviço doméstico a particulares e de limpezas em empresas (49,5% e 31,7% respectivamente, de acordo com os Censos [2001]).

A sobrerepresentação do trabalho doméstico na listagem de actividades profissionais exercidas por mulheres imigrantes é mencionada por praticamente todos os autores que têm trabalhado sobre a imigração em Portugal. Porém, salvo algumas excepções¹⁶, a presença imigrante no sector do trabalho doméstico em Portugal mantém-se marginal carecendo ainda de uma abordagem sistematizada e compreensiva. A Classificação Nacional de Profissões (CNP), coloca as trabalhadoras domésticas, no interior do Grande Grupo 9 que engloba os 'trabalhadores não qualificados', no Grupo Base 9.1.3.1 que integra 'Pessoal de limpeza de casas particulares e trabalhadores similares'¹⁷. A existência de um primeiro inquérito à oferta de trabalho doméstico imigrante em Portugal vem permitir a elaboração de um quadro primário de caracterização desse universo e, mais importante, de comparação dessa oferta com a realidade autóctone. O sector do trabalho doméstico é um sector marcado pela informalidade tanto ao nível das relações laborais como ao nível da relação dos trabalhadores com o Estado. Esse factor, a informalidade, restringe em muitas situações, a opção da trabalhadora em fazer ou não fazer as contribuições para a Segurança Social. Não obstante, Pereira e Vasconcelos (2007), afirmam que em muitas situações são os próprios empregadores que recusam fazer os pagamentos à Segurança Social contra a vontade das trabalhadoras, facto especialmente problemático num contexto em que as mesmas contribuições podem influenciar o seu processo de regularização. Os baixos salários e a precariedade das relações laborais; o não pagamento de salários e a dificuldade na sua reivindicação associada à dificuldade em comprovar a existência

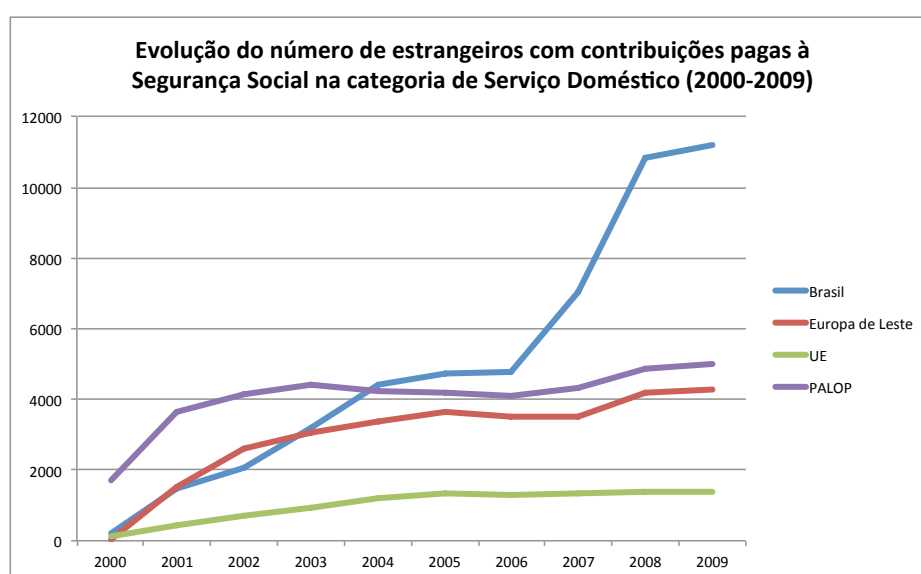
¹⁵ *Vd. Wall et al.*, 2006, 2.

¹⁶ *E. g. Wall et al.* (2008), Bletière (2008), Baptista (2009) e Wall e Nunes (2010).

¹⁷ De acordo com o CNP uma trabalhadora doméstica: "Limpa e arruma as dependências de casas particulares, confecciona refeições e executa outras tarefas domésticas: varre, lava, encera e limpa soalhos, revestimentos do chão, paredes e janelas; limpa e encera móveis e outros objectos de decoração; muda roupas e faz camas; prepara os alimentos destinados às refeições, cozinha-os ou ajuda na sua preparação; põe a mesa, serve as refeições e lava a loiça; lava, cose, engoma e arruma a roupa; executa tarefas relativas ao trabalho doméstico, como atender o telefone, a porta e comprar mantimentos. Por vezes toma conta de crianças." (em <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Documents/CAP9.pdf>).

GÉNERO, MOBILIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO:
NÚMEROS E TENDÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL.

de uma relação laboral quando não existe contrato de trabalho e ao tipo de pagamento, na maioria dos casos em numerário; e as situações em que as trabalhadoras percebem apenas tardiamente que os contratos que assinaram estipulam um salário inferior ao valor acordado verbalmente são situações comuns entre as trabalhadoras domésticas imigrantes. Outras situações reveladas pelo mesmo relatório referem ainda a existência de casos mais graves que poderão ser considerados trabalho forçado. Estas acontecem em particular com empregadas internas, e passam pela “retenção de passaporte, nomeadamente sob o pretexto de ser necessário para a regularização da empregada, o aprisionamento no local de trabalho, e o controlo de movimentos e de contactos com o exterior” (Pereira e Vasconcelos, 2007, 42).



Todavia, a sobrerrepresentação das nacionais brasileiras neste, bem como o seu crescimento não podem deixar de constituir indicadores importantes para compreender a dinâmica particular desta população bem como sua evolução. Ainda que compreendendo apenas parte do universo das trabalhadoras domésticas brasileiras em Portugal o número de trabalhadores inscritos na segurança social (11215 indivíduos) representa 9,6% do total da população brasileira em Portugal e 17,5% das mulheres brasileiras com residência legal no país¹⁸. Alguns resultados preliminares do trabalho iniciado no projecto do Trabalho Doméstico referem um elemento central na análise das migrações internacionais e na consolidação dos fluxos migratórios: a constituição de redes sociais. Fundamental para este projecto será identificar traços que possam fornecer pistas para compreender os processos de formação e densificação das redes sociais entre as trabalhadoras domésticas imigrantes em Portugal.

¹⁸ Neste ponto é necessário ter em atenção que apesar desta actividade entrever uma taxa de feminização elevada não podemos excluir a probabilidade de haver homens inscritos nesta categoria.

CONCLUSÃO

A modernização das sociedades contemporâneas atenuou algumas características da desigualdade de género através da entrada da mulher no mercado de trabalho e no acesso a esferas de acção exclusivamente masculinas, mas a maior capacitação social da mulher, e mesmo a sua participação política e em processos decisórios, não deve camuflar a persistência de dinâmicas discriminatórias, em particular quando articuladas com dinâmicas de classe e de etnicização das identidades sociais. O estatuto duplamente desqualificado da mulher imigrante e as suas opções limitadas de incorporação no mercado de trabalho determinam uma posição particular na estrutura social. Em muitos casos o trabalho doméstico surge como a solução possível para os problemas decorrentes de uma lei migratória em que a legalização de estrangeiros é fortemente restrita e inflexível e quando a legalização acontece os mecanismos de discriminação étnica e de género continuam a manter as trabalhadoras imigrantes em segmentos menos qualificados do mercado de trabalho. O tipo de constrangimentos daqui resultantes reflecte-se no acesso à saúde, à educação, ao emprego, à habitação, às prestações sociais e não dizem respeito apenas a grupos sociais menos afluentes. Práticas de racismo institucionalizado são a prova da maior vulnerabilidade social dos imigrantes comparativamente a um nacional em circunstâncias semelhantes (Phizacklea, 1996, p. 167). A tradição de tratamento independente das diferentes formas de discriminação que estão presentes no mercado de trabalho tem dificultado a compreensão da acção dinâmica e cumulativa dessas variáveis e do modo como estas encerram as mulheres migrantes nas posições mais desprotegidas e desqualificadas. Existem ainda carências fortes na análise e na produção de dados quantitativos e qualitativos, sobretudo com ambições comparativas (Kraal e Roosblad, 2008), que pesquisas em curso virão certamente atenuar.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, B. (1991), *Imagined Communities*, London, Verso.
- ANDERSON, B. (2000) *Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labour*, London, Zed Books.
- ANDERSON, B. (2007) “A very private business. Exploring the demand for migrant domestic workers”, *European Journal of Women’s Studies*.
- ANTHIAS, F. (2000), “Metaphors of home: gendering new migrations to southern Europe” em Floya Anthias e Gabriella Lazaridis, *Gender and migration in Southern Europe. Women on the move*, Oxford, Berg.
- ARRUZZA, C. (2010) *Feminismo e Marxismo. Entre casamentos e divórcios*, Lisboa, Edições Combate.
- ÁVILA, P. e ALVES, M. (1993) “Da Índia a Portugal- trajetórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia- Problemas e Práticas*, n.º 13, 115-133.
- BAGANHA, M. I. et al. (1996), *Immigrant Insertion in the Informal Economy – The Portuguese Case*, Coimbra, CES – Universidade de Coimbra.
- BAGANHA, M. I. et al. (coords.) (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- BALES, K. (2004) *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*, London, University of California Press.
- BALES, K. (2002) “Because she looks like a child” em Barbara Ehrenreich e Arlie Russell Hochschild, *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, New York, Henry Holt & Company, LLC, 207-229.
- BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. (1991) *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*, London, Verso.

BAPTISTA, P. (2009) *Imigração e Trabalho Doméstico: o Caso Português*, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

BASTOS, S.P. (1990) *A Comunidade Hindu da Quinta da Holandesa. Um Estudo Antropológico sobre a Organização Sócio-Espacial da Casa*, Lisboa, LNEC-ICT.

De la BLÉTIÈRE, Vanessa (2008) “Por uma sociologia do trabalho doméstico. Contribuição para um estudo interdisciplinar”, Working Paper DINÂMIA 2008/62, Lisboa, ISCTE.

BRAH, A. (2000) “Difference, diversity, differentiation. Processes of racialization and gender” em Les Back e John Solomos (eds.), *Theories of Race and Racism: A Reader*, London, Routledge, 431-446.

CARNEIRO, R. *et al.* (coord.) (2006) “A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal”, Lisboa, DGEEP/MTSS.

CASTLES, S. e KOSAC, G. (1973) *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press.

CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2009) *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, New York, The Guilford Press.

CATARINO, C. e OSO, L. (2000) “La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza” *Papers*, 60, 183-207.

CERDEIRA, M. da C. (2009) “A Perspectiva de Género nas Relações Laborais Portuguesas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 60, 81-103.

EHRENREICH, B. e Hochschild, A. R. (2002) *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, New York, Henry Holt & Company, LLC.

FONSECA, M. F. (1990), *População e Território: do país à Área Metropolitana*, Lisboa, Tese de Doutoramento, Centro de Estudos Geográficos.

GRASSI, M. (2006) “Cabo Verde pelo Mundo: o género e a diáspora cabo-verdiana”, WP ICS – UL, www.ics.ul.pt. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_6.pdf

GROSSMAN, A. S. (1980) “Women in domestic work: yesterday and today” *Monthly Labor Review*, August, 17-21.

GUIBENTIF, P. (1991) “A opinião pública face aos estrangeiros” em M. C. Esteves (org.), *Portugal país de imigração*, Lisboa, IED, 63-74.

HARRIS, J. R. e TODARO, M. P. (1970) “Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis”, *The American Economic Review*, vol. 60, n.º 1, 126-142.

HARVEY, D. (1990), *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge, MA, Blackwell, 1990.

HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (eds.) (1983), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.

HOLLINGER, D. A. (1995) *Post Ethnic America*, New York, Basic Books.

MIRANDA, J. (2009) *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, Estudos OI, 35, Lisboa, ACIDI.

KING, R. *et al.* (eds.) (2000), *Eldorado or Fortress Migration in Southern Europe*, London, MacMillan Press.

KING *et al.* (2004) “Gender, Age and Generations – state of art report”, Working Paper n.º5, IMISCOE.

KOFMAN, E. *et al.* (2000) *Gender and International Migration in Europe: Employment, Welfare and Politics*, London, Routledge, 2000.

KRAAL, K. e ROOSBLAD, J. (2008), *IMISCOE Policy Briefs*, Amsterdam, IMISCOE.

MACHADO, F. L. (1992) “Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 123-136.

MALHEIROS, J. M. (1996) *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.

- MARQUES, M. M. *et al.* (1999), *Realojamento e integração social*, Lisboa, Colibri.
- MARSHALL, T. H. (1994), “Citizenship and social Class”, em Bryan S. Turner e Peter Hamilton (eds.) *Citizenship: Critical Concepts*, New York, Taylor & Francis, 5-44.
- MASSEY, D. S. *et al.* (1993), “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”, *Population and Development Review*, Vol. 19, n.º 3, 431-466.
- MOYA, J. C. (2007) “Domestic Service in a Global Perspective: Gender, Migration, and Ethnic Niches”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 33, 4, 559-579.
- PADILLA, B. (2007) “Acordos Bilaterais e Legalização: o impacte na integração dos brasileiros em Portugal”, em Jorge Malheiros (ed.) *A Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIDI.
- PEIXOTO, J. (2007) “Emprego e protecção social - Oportunidades no mercado de trabalho português, competição e complementaridade, reconhecimento de habilitações e competências, projectos da Gulbenkian, empreendedorismo”, em António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? - Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Lisboa/Estoril, Fundação Calouste Gulbenkian / Principia, 199-231.
- PEIXOTO, J. e FIGUEIREDO, A. (2007) “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, em Jorge M. Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração, 87-111.
- (1993) “Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980”, em M. B. Nizza da Silva *et al.* (Org.) *Emigração / Imigração em Portugal*, Algés, Edit. Fragmentos, 278-307.
- PEIXOTO, J. (2002) “Strong market and weak state: the case of foreign immigration in Portugal”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 28, n.º 3, 483-497.
- PEIXOTO, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes” em João Peixoto (org.), *Revista Migrações*, 2, 19-46.
- PEREIRA, Sónia e VASCONCELOS, João (2007) *Relatório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de casos e respostas de Portugal*, Lisboa, Organização Internacional do Trabalho.

PERISTA, H. (2002) “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 163, 447-474.

PHIZACKLEA, A. (1996) “Women, migration and the state”, em Shirin M. Rai e Geraldine Lievesley, *Women and the State: international perspectives*, London, Taylor and Francis.

PHIZACKLEA A. 1998. Migration and globalisation: a feminist perspective. In *The New Migration in Europe*, Koser K, Lutz H (eds). Macmillan: London; 21–38.

PIPER, N. (2008) (ed.) “International migration and gendered axes of stratification: introduction” em Piper, N. (ed.) *New perspectives on gender and migration. Livelihood, rights and entitlements*, London, Routledge, 1-18.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) “The Laws of Migration”, *Journal of the Statistical Society of London*, vol. 48, n.º 2, 167-235.

RAVENSTEIN, E. G. (1889) “The Laws of Migration (second paper)”, *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 52, n.º. 2, 241-305.

SAINT-MAURICE, A. de (1997), *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.

SASSEN, S. (1998) *Globalization and Its Discontents: Essays on the New Mobility of People and Money*. New York, New Press.

TIENDA, M. e BOOTH, K. (1991) “Gender, Migration and Social Change.” *International Sociology*, 6(March):51-72.

WALL, K. e NUNES C. (2010) “Immigration, welfare and care in Portugal: mapping the new plurality of female migration trajectories”, *Social Policy & Society*, vol. 9, n.º 3, 397-408.

WALL, K. *et al.* (2006) *Female migration vision National Report Portugal*, (Coordinator: Fondazione Brodolini, Rome), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

WALL, K. *et al.* (2008) “Mulheres Imigrantes e novas trajetórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino” em Manuel Vilaverde Cabral, *et al.* (eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 603-622.

WALLERSTEIN, I. (1979), *El Moderno Sistema Mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores.

WIMMER, A. e GLICK SCHILLER, N. (2002) “Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences”, *Global networks*, vol. 2, n.º 4, 301-334.